



## **14 DE FEVEREIRO DE 2019**

### **Quinta-feira**

- SAVE THE DATE | PALESTRA: "NOVO REFIS DO PARANÁ E OUTROS TEMAS TRIBUTÁRIOS"
- EVENTO: PALESTRA E CLÍNICA TECNOLÓGICA SOBRE "MEIO AMBIENTE"
- GOVERNO QUER INTERVIR NO SISTEMA S
- TERRA TENTA CONVENCER GUEDES A REDUZIR CORTES NO SISTEMA S
- INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO E QUALIFICAÇÃO SÃO CHAVE PARA LEVAR BRASIL PARA O FUTURO, DIZ ROBSON BRAGA DE ANDRADE
- PRECISAMOS DE SEGURANÇA JURÍDICA PARA INVESTIR E GERAR EMPREGOS, DIZ PAULO AFONSO FERREIRA
- "É PRECISO DESTRAVAR SETORES QUE GERAM EMPREGO NO BRASIL"
- MARCOS TROYJO: GOVERNO VAI PROMOVER A INSERÇÃO COMPETITIVA DO BRASIL NO COMÉRCIO GLOBAL
- SETOR DE SERVIÇOS TEM QUARTA QUEDA E FECHA 2018 EM -0,1%
- SERVIÇOS EM 12 MESES VOLTAM A CAIR APÓS ROMPIMENTO DE MARCA NEGATIVA EM NOVEMBRO
- ANALISTAS DO BANCO MUNDIAL DESTACAM INOVAÇÃO DO PROGRAMA
- 'SEM AS REFORMAS, O BRASIL É ECONOMICAMENTE INVIÁVEL', DIZ MARCO STEFANINI
- BASE DO GOVERNO DEFENDERÁ QUE REFORMA CUIDE DOS MAIS POBRES, DIZ JOICE HASSELMANN
- ARTIGO: PRECISAMOS DE UM PLANO PARA INSERÇÃO COMERCIAL
- MOODY'S ESPERA QUE GOVERNO CONSIGA 'ALGUM TIPO DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA'
- MARGEM FINANCEIRA BRUTA DO BB CAI 5,8% E ATINGE R\$ 49,625 BILHÕES EM 2018

- ARRECAÇÃO DE ICMS ACELERA COM AVANÇO DO COMÉRCIO E COMBUSTÍVEIS
- VOLVO CONTRATA 300 FUNCIONÁRIOS E ELEVA INVESTIMENTO EM R\$ 250 MILHÕES
- RENAULT CANCELA PAGAMENTOS DE 30 MI DE EUROS PARA CARLOS GHOSN
- RENAULT EMBARCA NA ERA PÓS-GHOSN COM META DE LUCRO MENOR
- AMAZON E GM NEGOCIAM PARCERIA PARA INVESTIMENTO EM FABRICANTE DE PICAPES ELÉTRICAS
- SINDIPEÇAS E EMBRAPII FIRMAM PARCERIA PARA P&D E INOVAÇÃO
- NISSAN PLANEJA AMPLIAR ELETRIFICAÇÃO NO BRASIL
- ESTREIA NA SEXTA-FEIRA O 1º PODCAST VOLTADO AOS NEGÓCIOS NO SETOR AUTOMOTIVO
- PRODUÇÃO DE MOTOS COMEÇA 2019 COM LEVE ALTA DE 3,4%
- FIAT BETIM DISPUTA PROJETO MILIONÁRIO PARA SEDIAR NOVA UNIDADE

CÂMBIO EM 14/02/2019		
	Compra	Venda
<b>Dólar</b>	3,763	3,764
<b>Euro</b>	4,251	4,253

Fonte: BACEN

**SAVE THE DATE | Palestra: “Novo Refis do Paraná e Outros Temas Tributários”**

14/02/2019 – Fonte: SINDIMETAL/PR

Reserva a data na sua agenda.

# SAVE THE DATE



CAFÉ DA MANHÃ COM PALESTRA

Tema:

“Novo Refis do Paraná e Outros Temas Tributários”

**Dia: 14/03/2019**  
Horário: 08h30

**SINDIMETAL/PR**  
Rua Ângelo Greca, 70 - Atuba - Curitiba



SINDIMETAL-PR

## EVENTO: PALESTRA E CLÍNICA TECNOLÓGICA SOBRE "MEIO AMBIENTE"

14/02/2019 – Fonte: SINDIMETAL/PR

*Convite*  
*Palestra e clínica*  
*tecnológica sobre...*

# Meio Ambiente

O SINDIMETAL/PR, em parceria com o SENAI, convida para as palestras sobre o tema "Meio Ambiente" a serem realizadas no dia:

**21 de Fevereiro de 2019**  
Das 09h00 às 11h  
**SENAI CIC – IST. de Meio Ambiente & Química**  
Rua Senador Accioly Filho, 298 – CIC – Curitiba - PR

- 09h00 – 09h20 – ABERTURA: SINDIMETAL/PR e SENAI

**Temas Abordados:**

- 09h20 – 09h40 – Resíduos sólidos e logística reversa – Elcio Herbst
- 09h40 – 10h00 – Licenciamento ambiental, efluentes líquidos – Maurício J. da Silva
- 10h00 – 10h20 – Emissões atmosféricas e passivos ambientais – Felipe P. de Moraes
- 10h20 – 11h00 – Clínica tecnológica
- 11h00 – Encerramento

**IMPORTANTE:** Evento destinado a empresários, diretores, gerentes e responsáveis pela área ambiental de empresas do setor metalmeccânico do Estado do Paraná.

**Palestrantes:**

 Elcio Herbst Mestre em Meio Ambiente Urbano e Industrial pela UFPR, SENAI e Universidade de Stuttgart	 Maurício Jober da Silva Tecnólogo em Gestão Ambiental, pelas Faculdades Integradas Camões	 Felipe Pires de Moraes Engenheiro ambiental e sanitário pela FAE Business School
--	--	---

As inscrições poderão ser feitas até o dia 18/02/2019, com Eliziane de Medeiros Maciel, pelo telefone (41) 3218-3935, ou pelo e-mail [assistente.juridico@sindimetal.com.br](mailto:assistente.juridico@sindimetal.com.br).  
**VAGAS LIMITADAS e exclusivas para empresas associadas.**

## Governo quer intervir no Sistema S

14/02/2019 – Fonte: O Estado de S. Paulo

**Proposta é que lei garanta ao Executivo poderes para direcionar oferta de cursos e aplicação do orçamento de entidades como Senai e Senac**

Após prometer "meter a faca" nos recursos do **Sistema S**, o governo prepara mudanças para ter mais controle sobre como o orçamento dessas entidades é aplicado em atividades de qualificação de trabalhadores. A equipe do **ministro da Economia, Paulo Guedes**, quer ter poder para determinar onde e quais treinamentos serão oferecidos por entidades como Sesi, Senai e Senac.

O conjunto de entidades recebe cerca de R\$ 17 bilhões ao ano recolhidos em tributos sobre a folha de pagamento. A ideia é enviar um projeto de lei ao Congresso para estabelecer que o dinheiro só será repassado mediante a assinatura de contratos de gestão, que terão objetivos e metas a serem alcançados.



A equipe de Paulo Guedes quer ter poder para determinar onde e quais treinamentos serão oferecidos por entidades como Sesi, Senai e Senac. Foto: MARCOS DE PAULA/ESTADÃO

Prevendo a dificuldade de aprovação da mudança e com a reforma da Previdência como prioridade, a reformulação das vagas será, em um primeiro momento, negociada com o Sistema S para atender de forma mais eficiente a demanda dos empregadores em cada região. A intenção do governo é lançar até o fim do primeiro semestre alguns pilotos do que será o novo plano nacional de qualificação de mão de obra, que terá a efetividade acompanhada de perto por meio dos índices de empregabilidade dos trabalhadores treinados.

Sem dinheiro em caixa para fazer novos investimentos em qualificação, o governo vai aproveitar as vagas que o sistema S tem que oferecer gratuitamente para colocar seu plano em operação. Hoje essas gratuidades correspondem a 66% do orçamento destinado para treinamento, mas são as entidades que escolhem quais cursos serão oferecidos em cada região.

Agora, a ideia é que os cursos serão escolhidos de acordo com o perfil de trabalhador que o empregador precisa. Isso evita, segundo uma fonte do governo, que um curso sobre confecção de calçados seja oferecido num Estado onde não há indústria calçadista ou treinamento para qualificação de padeiros em cidades com uma padaria – exemplos reais identificados pela equipe.

### **Necessidades**

O governo já trabalha no desenvolvimento de sistema para captar junto a bancos de dados oficiais, sites da internet e informações das próprias empresas quais seriam as principais necessidades dos empregadores na hora de contratar e para aumentar a produtividade de seus funcionários.

Com os resultados dessa automação, o governo vai demandar que tipo de vaga quer e em que local quer para seu programa, invertendo a lógica atual pela qual são as entidades do Sistema S que oferecem ao governo vagas em cursos já existentes.

Após esse processo, a intenção é medir a eficiência dos cursos pelo número de pessoas que conseguem emprego depois. Treinamentos que não resultarem em contratações serão extintos.

Também está em estudo acabar com a exigência de uma carga horária mínima, pois esse piso pode engessar a oferta de vagas, segundo a fonte. A avaliação é que há setores que podem se beneficiar de treinamentos mais curtos, o que é vedado hoje, e que isso permite treinar um número maior de pessoas com o mesmo volume de recursos.

A avaliação da eficácia dos pilotos servirá para saber se as medidas vão na direção certa ou se é preciso adaptar os cursos antes de nacionalizar o plano. Esse cuidado será adotado para evitar o mesmo erro de experiências anteriores, como ocorreu com o Pronatec, programa de treinamento que foi um dos carros-chefes do governo Dilma Rousseff, recebeu recursos bilionários, mas fracassou na tarefa de posicionar os trabalhadores no mercado.

Uma auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) mostrou que outras três iniciativas bancadas pelo extinto Ministério do Trabalho entre 2003 e 2017, ao custo de R\$ 1,75 bilhão, empregaram apenas 10% dos beneficiados.

### **Orçamento**

Na segunda etapa, o governo pretende enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei para permitir a assinatura de contratos de gestão com as entidades do Sistema S. Hoje, o governo apenas faz o repasse de recursos para as entidades – esse dinheiro

vem de contribuições das empresas sobre os salários de seus funcionários – e aprova quase que automaticamente o orçamento apresentado por elas.

Segundo a fonte ouvida pelo Estadão/Broadcast, o uso da estrutura do Sistema S não inviabiliza o plano da equipe econômica de reduzir os repasses para essas entidades, já que a ideia é tornar a aplicação dos recursos mais eficiente. Ainda na transição, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que pretende "meter a faca no Sistema S".

Governos anteriores já tentaram diminuir essas transferências ou até mesmo redirecionar o uso dos recursos, sem sucesso, e o Tribunal de Contas da União (TCU) já apontou, em auditoria preliminar, inconsistências nas contas das entidades.

Procuradas, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC) não se pronunciaram.

### **Terra tenta convencer Guedes a reduzir cortes no Sistema S**

14/02/2019 – Fonte: Correio Braziliense



O ministro da Cidadania, Osmar Terra, atua para minimizar os cortes planejados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, no Sistema S. Terra defende que parte desses recursos seja usada para reforçar programas sociais da sua pasta, formada também por Desenvolvimento Social, Cultura e Esporte.

"Estou entre a faca e o Sistema S. Eu entrei no meio. Pedi para o ministro Paulo Guedes que a gente pudesse, disso que ele pretende cortar, uma parte ser usada nos programas sociais. Ele aceitou a ideia e estamos montando uma proposta para a gente montar e apresentar ao ministro Paulo Guedes", disse Terra.

Em dezembro, antes de assumir o cargo, Guedes disse que "tem que meter a faca no Sistema S", ou seja, fazer cortes. Na época, destacou que todos precisavam contribuir e que seria necessário "cortar pouco para não doer muito". Para Terra, o sistema, que se dedica, entre outras coisas, ao ensino profissionalizante no País, possui "uma capilaridade enorme" que precisa ser usada nos programas sociais.

O Sistema S é formado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

### **Investimentos em inovação e qualificação são chave para levar Brasil para o futuro, diz Robson Braga de Andrade**

14/02/2019 – Fonte: CNI (publicado em 13-02-2019)

Em almoço com deputados do PRB nesta quarta-feira (13), presidente da CNI destacou também a importância da indústria para a geração de empregos e o desenvolvimento do país





A valorização de iniciativas que invistam em educação, na qualificação profissional e em ciência e tecnologia é fundamental para preparar o trabalhador e a indústria brasileira para o futuro. Segundo o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, o país precisa enfrentar, agora, os desafios de capacitação da força de trabalho e da transição para a quarta revolução industrial, sob risco de perder espaço em relação aos países mais desenvolvidos.

“Não podemos deixar de enfrentar isso agora. Temos de investir mais em educação, na educação básica, no ensino integrado com a formação profissional”, afirmou. Em almoço com a bancada do Partido Republicano Brasileiro (PRB) na Câmara dos Deputados, do qual participaram 29 dos 31 deputados federais da legenda.

Robson Andrade apresentou o trabalho da CNI na defesa de propostas que contribuam com a melhora do ambiente de negócios brasileiro, como medidas de redução da burocracia, do aumento da segurança jurídica e do fomento à atividade econômica e à geração de emprego.

O presidente da CNI destacou a importância do trabalho do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) na formação profissional e no cuidado com a saúde e segurança do trabalhador. Também falou do papel que as entidades têm em contribuir para reduzir o desequilíbrio no desenvolvimento regional, como as unidades de ensino técnico e profissional em áreas remotas do país.

**PAPEL ESTRATÉGICO** - Andrade trouxe números que mostram a importância da indústria para a economia brasileira, como na participação no Produto Interno Bruto (PIB), no peso de produtos manufaturados e semimanufaturados nas exportações e na geração de empregos.

Deputado federal e presidente nacional do PRB, Marcos Pereira (SP) reforçou a importância de o Congresso Nacional avançar em medidas que reduzam a burocracia e fomentem a produção.

Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) entre 2016 e 2018 e atual 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados, Marcos Pereira destacou medidas de simplificação de processos alfandegários, como a criação do Portal Único de Comércio Exterior, medida defendida pela CNI para reduzir o prazo de desembaraço de mercadorias.

Além disso, falou da importância de agilizar a concessão de patentes, como caminho necessário para que as empresas façam inovação no Brasil. “Não é admissível que uma patente demore entre oito e 14 anos para ser registrada no Brasil. Não dá para competir se não tivermos inovação”, afirmou.

Líder da bancada, o deputado Jhonatan de Jesus (RR), falou da importância de o Legislativo contribuir para a construção de um ambiente amigável às atividades produtivas no Brasil e destacou o papel da indústria na geração de empregos. “Defender a indústria é defender a geração de emprego e renda no país”, disse.

## **Precisamos de segurança jurídica para investir e gerar empregos, diz Paulo Afonso Ferreira**

14/02/2019 – Fonte: CNI (publicado em 13-02-2019)

Vice-presidente da CNI participou de seminário da Revista Voto. Ele apontou como desafios para o país em 2019 as reformas previdenciária e tributária, e investimentos em infraestrutura



Painel: "Os desafios e perspectivas para o Congresso Nacional em 2019"

O vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Paulo Afonso Ferreira afirmou nesta quarta-feira (13) que um dos principais desafios para o país é a criação de um ambiente de segurança jurídica, no qual o empresário possa investir sem o risco de se deparar com mudanças repentinas de regras. Ele participou de painel sobre os desafios e perspectivas para o Congresso Nacional em 2019, durante seminário da Revista Voto, realizado em parceria com o Financial Times.

"Temos um volume enorme de desafios. Penso que o principal é dar segurança para o brasileiro ser investidor e gerador de empregos. Louvado seja aquele que tem coragem de colocar a sua inteligência para gerar empregos e um produto melhor", discursou Paulo Afonso Ferreira, que participou de uma mesa ao lado do ministro da Cidadania, Osmar Terra, e do deputado federal Kim Kataguirí (DEM-SP).

Outros pontos prioritários destacados por Ferreira para a agenda econômica em 2019 são as reformas previdenciária e tributária, e os investimentos em infraestrutura. "Temos que aumentar a competitividade do Brasil. Para isso, é preciso mexer nas condições internas do país, reduzindo a alta carga tributária", frisou. "Precisamos de investimento privado para a infraestrutura brasileira, mas qual é a segurança jurídica que o empresário tem para investir? Os contratos no Brasil precisam de fato valer", completou.

Paulo Afonso Ferreira, que também preside o Conselho de Assuntos Legislativos da CNI, enfatizou que o país vive um momento de grandes oportunidades para reformas e para a retomada da economia.

Segundo ele, o setor industrial trabalhará incessantemente em prol das agendas prioritárias brasileiras. "Se a indústria hoje estiver bem e o resto do país mal, não vai dar certo. A CNI está convencida de que tem que defender o Brasil. Temos que defender o país como um todo para estarmos bem. Só assim o país crescerá", destacou.

O vice-presidente da CNI também defendeu a regulamentação do lobby, como forma de estimular a atuação transparente e qualificada de setores da sociedade com integrantes do poder público.

"É preciso que tenhamos setores empresariais ou laborais fazendo publicamente a defesa de seus interesses. Fazemos na CNI um lobby institucional, sempre de forma transparente e absolutamente a luz do dia", detalhou.



"Temos que aumentar a competitividade do Brasil. Para isso, é preciso mexer nas condições internas do país, reduzindo a alta carga tributária", disse Paulo Afonso Ferreira

**REFORMA DA PREVIDÊNCIA** – A abertura do seminário foi feita pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão. Ele defendeu uma ampla reforma previdenciária para que o Brasil volte a crescer de forma sustentável e tenha recursos para investir em áreas fundamentais.

"Uma coisa tem que ficar bem clara para todos: se o governo não encarar essa questão de frente, em 2022 não faz mais nada. Ele só vai pagar salário e aposentadoria. Não vai ter recursos para custeios e para os tão esperados investimentos", disse Mourão.

Ele defendeu que a reforma abranja a todas as categorias para que o país consiga recuperar sua capacidade de investimento. "Vamos buscar a solução dos problemas que afligem o nosso país, de modo que tenhamos menos regulação, mais liberdade para empreender, ambiente de negócios estáveis, mais investimento para o país e que a nossa infraestrutura melhore", pontuou o vice-presidente da República.

### **"É preciso destravar setores que geram emprego no Brasil"**

14/02/2019 – Fonte: MDIC (publicado em 13-02-2019)



Afirmação do Secretário Especial Carlos Da Costa durante evento da CBIC reforça compromisso do Governo em desburocratizar setores estratégicos

O Secretário Especial da Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos Da Costa, participou na tarde desta quarta-feira (13) da Reunião de Dirigentes da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em Brasília/DF. Em sua fala, o Secretário reforçou a posição do Governo em "desburocratizar setores que geram emprego - como a construção, o comércio e as pequenas empresas - a partir da melhoria do ambiente de negócios, reduzindo juros e impostos".

O Secretário citou a Reforma da Previdência, as privatizações para diminuição da dívida pública e a Reforma do Estado - diminuindo cargos e digitalizando serviços - como frentes importantes para a retomada do crescimento. "Não iremos aumentar impostos, nós iremos é diminuir a dívida e a burocracia, que são entraves que impedem o setor privado de deslanchar", afirmou Da Costa.

Já sobre a manutenção do Minha Casa Minha Vida, o Secretário reafirmou a importância da iniciativa: "o Brasil precisa de habitação, mas o Programa, assim como as obras públicas, precisa ser melhorado - incluindo mais segurança jurídica para investidores". O Secretário Carlos Da Costa finalizou sua fala pontuando que "os três



setores que mais geram empregos no Brasil são construção, comércio e pequenas empresas e que, por isso, precisam ser destravados, com apoio do Governo”.

## **CBIC**

Fundada em 1957, a CBIC reúne 90 sindicatos e associações patronais do setor da construção, presentes nas 27 unidades da Federação. Ela representa institucionalmente o setor e promove a integração da cadeia produtiva da construção em âmbito nacional, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país. Por intermédio de suas comissões técnicas, a CBIC publica estudos diversos, produzidos por especialistas de notório conhecimento, e realiza eventos multidisciplinares destinados ao debate e capacitação de dirigentes e empresários.

A entidade também atua na articulação dos diversos segmentos da construção como interlocutora formal no encaminhamento de temas e propostas junto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; agentes financiadores; além de outras entidades em setores diversos e a Academia.

Ela posiciona a construção civil e o mercado imobiliário nos debates de interesse do Brasil e contribui com propostas para a solução de problemas, tendo como interesse maior o desenvolvimento do país e da sua população.

A CBIC ainda integra a Federação Interamericana da Indústria da Construção (FIIC) é filiada à Confederação Internacional das Associações de Construção (CICA), da qual assumiu uma das vice-presidências.

## **Marcos Troyjo: Governo vai promover a inserção competitiva do Brasil no comércio global**

14/02/2019 – Fonte: MDIC

Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais destaca que abertura será feita com movimentos coordenados, amplos e graduais

O aumento da geração de riqueza no Brasil passa, necessariamente, pelo aumento da inserção do Brasil no comércio internacional, com crescimento do fluxo de exportações e importações como um todo, destacou nesta quarta-feira (13) o secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Marcos Troyjo.

“Esse cronograma está sendo feito em sintonia com as outras áreas do Ministério da Economia e de todo o governo. Vamos evitar erros do passado, descoordenação, como se a política comercial fosse algo apartado da política econômica”, disse, ao participar do seminário de abertura do ano de 2019 da revista Voto, em Brasília.

“Nós queremos que, no dia 31 de dezembro de 2022, você consiga enxergar um porcentual muito maior do comércio internacional como componente do PIB [*Produto Interno Bruto*]”, afirmou o secretário especial.

“Isso significa aumentar exportações e isso significa também aumentar as importações. As grandes economias competitivas do mundo são também economias que importam muito”, explicou. Ele afirmou que o governo vai realizar movimentos coordenados, amplos e graduais de abertura, de maneira responsável, alinhados a medidas de melhoria tributária, simplificação burocrática, incremento dos mecanismos de promoção comercial, entre outros.

## **Comércio exterior: alavanca para o desenvolvimento**

Ao citar uma trajetória global dos últimos 70 anos, Troyjo elencou vários países que conseguiram mudar de patamar e que utilizaram o aumento do comércio exterior como alavanca de sua estratégia de desenvolvimento: Alemanha e Japão, depois da 2ª

Guerra Mundial; China, desde 1978; Chile, a partir dos anos 1970; Espanha, desde 1982; Cingapura e Coreia do Sul. "São todos países que ascenderam na escala da renda *per capita* e da competitividade internacional", lembrou.

O Brasil, no entanto, historicamente mantém baixa presença do comércio exterior na composição do Produto Interno Bruto (PIB), ressaltou o secretário. "A nossa fatia do comércio internacional é ínfima: oscila de 0,9% a 1,2%, 1,3%. É muito pequeno para quem é a oitava economia do mundo", alertou.

Mas o secretário especial ressaltou que a maior inserção do Brasil no comércio global exige a construção de soluções harmônicas, coerentes e com foco no futuro. "Prefiro muito mais a expressão inserção competitiva do Brasil no comércio global do que simplesmente a ideia de abertura", advertiu. "Se fosse assim, era fácil. Você jogava tarifas e cotas no chão e teria a estrada para o paraíso pavimentada. Mas não é assim. A abertura é um dos pontos de apoio de um projeto de inserção internacional".

Marcos Troyjo destacou que além dos ajustes internos, é importante olhar com atenção a conjuntura internacional. Lembrou que há "um traslado do meridiano geoeconômico do mundo do Atlântico para o Pacífico", com a crescente importância das economias asiáticas, em especial, a China – que hoje é a segunda maior economia do mundo.

O secretário ressaltou que o Brasil e Estados Unidos são dois gigantes do continente americano e que vivem um momento profícuo para construir uma maior aproximação comercial. "Este é o momento de incrementar as relações comerciais com os Estados Unidos. O Brasil precisa voltar a ser um interlocutor, um importante parceiro comercial dessa economia que continuará durante muito tempo a ser o epicentro de todo o sistema econômico mundial", afirmou Troyjo.

### **Setor de serviços tem quarta queda e fecha 2018 em -0,1%**

14/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

O volume de serviços encerrou 2018 com queda de 0,1%, sendo o quarto resultado negativo seguido. O valor, porém, menos intenso que nos anos anteriores.

Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada hoje pelo IBGE, que registrou -3,6% em 2015, -5% em 2016 e -2,8% em 2017.

Com queda de 1,9%, o segmento de serviços profissionais, administrativos e complementares puxou a queda do índice no ano. As atividades que mais influenciaram a retração desse segmento são relacionadas a serviços de cobrança e informações cadastrais, soluções de pagamentos eletrônicos, engenharia e segurança privada.



IBGE divulga mensalmente pesquisa sobre os preços dos serviços - Marcelo Justo-13.fev.08/Folhapress

Segundo o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, é característica desse setor a prestação de serviços a outras empresas, e seu peso no acumulado negativo "tem a ver com o momento desfavorável da economia como um todo, já que em uma contenção de gastos as empresas costumam dispensar esse tipo de serviço". Outra atividade com taxa negativa foi a de serviços de informação e comunicação, com -0,5%.

Os destaques positivos foram para outros serviços, com 1,9%, e transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, com 1,2%. Lobo explica que a alta deste último segmento já vinha refletindo, desde outubro, a recuperação frente a greve dos caminhoneiros em 2018, "impulsionada, sobretudo, pelo avanço no volume de receitas de transporte rodoviário de carga, de gestão de portos e terminais, de transporte aéreo de passageiros e de operação de aeroportos".

No resultado mensal, o volume de serviços teve alta de 0,2% entre novembro e dezembro do ano passado, e manteve o cenário de estabilidade, quando ficou em 0,1% em outubro e 0,5% em novembro. Em dezembro, a variação se mostrou 11,4% abaixo do ponto mais alto da série, que foi em janeiro de 2014.

### **Serviços em 12 meses voltam a cair após rompimento de marca negativa em novembro**

14/02/2019 – Fonte: Tribuna/PR (publicado em 13-02-2019)

A taxa do volume de serviços prestados acumulada em 12 meses voltou ao negativo em dezembro de 2018 após o resultado de novembro ter interrompido uma sequência de 41 meses no vermelho, lembrou Rodrigo Lobo, gerente da Pesquisa Mensal de Serviços no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Eram 41 taxas negativas seguidas interrompidas pelo 0,0% (de novembro), agora volta a ficar negativo em 12 meses (-0,1% em dezembro)", ressaltou Lobo.

No fechamento de 2018, ficaram positivos os setores de Serviços prestados às famílias, com alta de apenas 0,2%; Outros serviços, com aumento de 1,9%; e Transportes, com avanço de 1,2%.

A alta de serviços prestados às famílias, ainda que modesta, interrompeu uma sequência de quatro anos seguidos de perdas. A melhora em 2018 foi puxada pelo segmento de hotéis, disse Lobo. Já os Outros serviços cresceram mais, 1,9%, mas depois de cinco anos de quedas seguidas.

Quanto aos Transportes, o avanço de 1,2% é praticamente metade da alta de 2,3% registrada em 2017.

"Transporte reduz o ritmo de crescimento, acompanha muito o movimento da indústria", justificou Lobo.

### **Analistas do Banco Mundial destacam inovação do programa**

14/02/2019 – Fonte: Trabalho.gov (publicado em 12-02-2019)

*Em reunião na Secretaria de Previdência e Trabalho, representantes da instituição demonstraram interesse pelo eSocial, que pode render parcerias no futuro*

Representantes do Banco Mundial conheceram de perto o projeto eSocial, durante reunião na última sexta-feira (8), na sede da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, em Brasília. "É uma inovação do governo, e a gente quer conhecer e entender como pode melhorar a vida da população", disse a analista de Proteção Social e Trabalho do Banco Mundial, Rovane Schwengber.

O grupo foi recebido pelo auditor-fiscal do Trabalho João Paulo Machado, que apresentou detalhes do programa e ouviu as observações dos analistas. Os visitantes puderam compreender o conceito, tirar dúvidas sobre estratégias da gestão do projeto e conhecer as metas de implantação.



Foto: Albino Oliveira/ASCOM

Eles demonstraram grande interesse no projeto e o avaliaram como positivo. "Disseminar como funciona o sistema para um órgão que faz avaliação das políticas públicas, não só em nível nacional como em nível mundial, e receber um feedback de que a gente está no caminho certo é importante, até para avaliação", disse Machado.

O economista sênior para Proteção Social do Banco Mundial, Juan Martín Moreno, observou que "se é complexo para os brasileiros conhecerem, imagine para quem é de fora". Entre os mais participativos na reunião, ele afirmou que o projeto pode render parcerias. "Isso pode agregar ao trabalho do banco no futuro", disse.

**Unificação** - Instituído pelo Decreto 8373/2014, o eSocial unifica as informações sobre os trabalhadores brasileiros fornecidas pelas empresas ao governo. Até a sua criação, os empregadores tinham de informar dados como nome completo, CPF e data de admissão do empregado para diversos sistemas do governo federal, entre eles o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF). Após a implementação do novo sistema essas informações serão enviadas apenas ao eSocial, permitindo a substituição de muitas obrigações acessórias dos empregadores.

Atualmente, 13 mil empresas atualizam os dados de cadastro e de folhas de pagamento dos trabalhadores no eSocial. Isso representa 25% do total de mão de obra empregada no país. São as maiores organizações do setor privado, com grandes contingentes de empregados.

A ideia do governo é que até 2020 todos os cadastros dos 40 milhões de trabalhadores empregados no Brasil sejam feitos pelo eSocial. "A partir daí, órgãos como a Inspeção do Trabalho, o INSS e a Receita Federal poderão coletar os dados. Isso representa economia de pessoal e de tempo, não apenas para as empresas, mas também para o governo", concluiu João Paulo Machado.

### **'Sem as reformas, o Brasil é economicamente inviável', diz Marco Stefanini**

14/02/2019 – Fonte: Correio Braziliense

*Desde sua inauguração, há 31 anos, a história da Stefanini, uma das maiores empresas brasileiras da área de tecnologia da informação, se confunde com a figura do fundador e CEO global, Marco Antônio Stefanini. Formado em geologia pela Universidade de São Paulo, Stefanini iniciou a carreira na área de informática, como trainee no Bradesco.*

*Depois de passar pelo banco e por outras empresas de grande porte, tomou a decisão que mudaria a sua vida e o setor de TI no Brasil — a criação da Stefanini, hoje uma companhia global com faturamento na casa dos R\$ 3 bilhões e quinta multinacional brasileira mais internacionalizada, segundo ranking elaborado pela Fundação Dom Cabral.*

*Nesta entrevista, Stefanini fala sobre a política agressiva de aquisições, a dificuldade de encontrar mão de obra qualificada no setor de alta tecnologia e os prognósticos da empresa em um cenário de grandes transformações. Empresário de opiniões fortes, Stefanini também analisa a conjuntura brasileira.*

*"A não aprovação das reformas é o que de pior pode acontecer no Brasil", afirma. "A reforma da Previdência será um divisor de águas. Sem as reformas, o Brasil é economicamente inviável." Acompanhe a entrevista completa a seguir.*

**A Stefanini tem adquirido várias startups nos últimos anos. Qual é o objetivo por trás dessas aquisições?**

Estamos há quase 10 anos em um processo de aquisições de empresas de tecnologia e startups. O objetivo é fortalecer nosso ecossistema digital. Atualmente, nosso grupo já possui quase 20 empresas dentro desse ambiente.

**Qual é o perfil das empresas que entram no radar da Stefanini? A política de aquisições segue qual critério?**

Não existe um critério fixo. O foco é comprar empresas que possam agregar serviços ao nosso portfólio, para que possamos oferecer o que chamamos de uma esteira completa ao cliente, com soluções capazes de ser integradas a outras tecnologias oferecidas pela Stefanini. Temos uma demanda muito grande de setores como manufaturas, bancos, varejo, seguros, farmacêuticos, que precisam de soluções "end to end", ou seja, serviços completos que exigem novos produtos e soluções.

**O interessante é que a empresa entrou recentemente na área do direito. O que explica esse movimento?**

Sim, a mais recente aquisição foi a participação em empresa de gestão na área da advocacia, que nós chamamos de "techlaw". Na verdade, é uma empresa de tecnologia dedicada a criar soluções digitais para que empresas e escritórios possam gerir melhor ações cíveis, trabalhistas e todas as outras.

**O atual ambiente da economia é propício para fazer aquisições ou elas são resultado do preço baixo das empresas?**

Não é questão do preço da empresa, na verdade. A primeira razão é o intenso processo de transformação digital que o Brasil e o mundo vêm passando. Temos de nos posicionar nesse novo ambiente. O outro fator é que agora o país tem uma perspectiva positiva e mais liberal. O Brasil resgatou o ambiente pró-business, que é mais a favor de negócios, com menor burocracia e regulação.

**Esse clima mais liberal está estimulando a inovação e o surgimento de novas empresas? O senhor acha que o Brasil, enfim, vai superar os velhos entraves que emperram o desenvolvimento?**

Aí são duas situações que combinam. O mundo digital acontece normalmente, não é só no Brasil. Quando se tem uma vida mais liberal, pró-business, a vontade de negócios é maior. Tenho percebido isso nos lugares por onde passo.

**Há fatos concretos na economia brasileira que sustentem essa renovada onda de otimismo?**

Por enquanto, é uma perspectiva. Sabemos que economia não é uma ciência exata. De fato, há um clima de otimismo no Brasil, mas o governo terá que justificar esse ambiente com ações concretas, com a execução das promessas. Temos pouco mais de um mês de governo. Ainda é muito cedo para uma avaliação mais profunda ou definitiva.

**O que pode dar errado no novo governo?**

A não aprovação das reformas é o que de pior pode acontecer. A reforma da Previdência será um divisor de águas no país. Sem as reformas, o Brasil é economicamente inviável, não há dúvida alguma.

**Se há um consenso no país em relação à importância da reforma da Previdência, por que o caminho para aprová-la deverá ser tão árduo?**

Não há consenso, mas acho que há maioria. É natural que seja assim. O Brasil é um país complexo. O Congresso tem um sistema político bastante confuso. A aprovação



das reformas vai exigir um esforço enorme, mas eu acho que o governo está determinado a fazer a reforma e a sociedade deve apoiar.

### **O ambiente internacional favorece ou prejudica o Brasil neste momento?**

Diria que o ambiente internacional hoje é neutro. Já foi muito favorável no passado, mas hoje é neutro.

### **A perspectiva de uma abertura comercial e, eventualmente, acordos bilaterais e de livre-comércio é positiva para o Brasil?**

Sempre defendo que, quanto mais o Brasil fizer parte da cadeia produtiva mundial, melhor será para o país. Obviamente, como todas as mudanças, existem ameaças e oportunidades. Mas, no todo, a abertura comercial será muito positiva para Brasil.

Continua depois da publicidade

### **De uns tempos para cá, com o avanço da tecnologia, muitos empresários têm reclamado da falta de mão de obra qualificada e da dificuldade em encontrar profissionais preparados para atender às demandas das empresas. Como a Stefanini lida com isso?**

No nosso setor, quando aparecem novas tecnologias, nota-se um 'gap', uma falta de profissionais qualificados. Hoje em dia, com a questão digital, certamente a gente também vive diariamente com esse 'gap'. Mas isso não é só no Brasil.

Acontece em todo o mundo. Por isso, estamos sempre fazendo uma série de parcerias com universidades, com faculdades de tecnologia e de negócios para suprir essa deficiência. Temos um acordo bastante interessante com a PUC de Minas Gerais, que vai nessa linha. Acredito que a solução para a mão de obra no Brasil passa pela combinação entre o mundo acadêmico e a iniciativa privada. A combinação é muito positiva, muito produtiva para os dois lados.

### **A Stefanini usa algum modelo internacional como inspiração?**

Sempre trazemos novas experiências. A gente mantém parceria com algumas universidades nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina. Todos os modelos de formação profissional que podemos replicar aqui, nós o fazemos.

### **Nos últimos anos, a turbulência na economia provocou uma fuga de profissionais qualificados para outros países. Na sua área de atuação, esse movimento também foi perceptível?**

Não acho que a questão da migração tenha um impacto significativo na oferta de mão de obra no Brasil. É um percentual ainda muito pequeno. Acho que o maior problema é, como disse, a dificuldade em se atualizar o tempo todo, na mesma velocidade em que as novas tecnologias surgem. Muitos profissionais de tecnologia se dão conta de que uma determinada especialização já se tornou obsoleta antes mesmo de concluir o curso.

### **Qual deve ser a contribuição do governo para melhorar a qualificação dos profissionais?**

Isso não dependerá de governo. As empresas e as instituições privadas de ensino já exercem essa atribuição. Há muitos anos as empresas recrutam, formam e fornecem especialização à mão de obra. Isso já é quase um padrão nosso há muitos anos. Vai ter que continuar assim.

### **Diante de um cenário econômico que se apresenta mais liberal, quais são as suas expectativas para 2019?**

A gente tem uma perspectiva positiva para 2019 como um todo. Acho que 2018 foi um ano difícil para o Brasil, com muitos entraves econômicos e políticos. O ano de 2019 vai ser melhor.

## **É possível perceber essa visão mais positiva em relação ao Brasil também por parte dos estrangeiros? O senhor tem notado alguma mudança de perspectiva?**

Ainda não consegui ter essa percepção. Estive recentemente na Europa, mas o governo tinha acabado de assumir. Há alguns dias, estive nos Estados Unidos, e também não vi nenhuma avaliação positiva ou negativa. O que percebo claramente é que os investidores estão aguardando a execução das promessas de campanha do governo.

### **Base do governo defenderá que reforma cuide dos mais pobres, diz Joice Hasselmann**

14/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

Após reunião com o secretário especial de Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, a deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), disse que a base do governo no Congresso já começou a articular uma estrutura de comunicação, com forte uso das redes sociais, para mostrar que a proposta de reforma da Previdência – que será apresentada nesta quinta-feira, 14, ao presidente da República, Jair Bolsonaro – cuida da população mais pobre.

“Sabemos que a esquerda virá com a narrativa de que os mais pobres serão prejudicados, mas queremos mostrar que a reforma cuida dessa população. Haverá separação entre assistência e a Previdência e nenhum beneficiário receberá menos que um salário mínimo após atingir a idade da proposta”, disse a deputada.

Segundo ela, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) terá valor igual ao salário mínimo quando o beneficiário atingir a idade mínima da Previdência, mas haverá pagamentos escalonados em valores menores para quem tiver idade inferior.

De acordo com Joice, o secretário Marinho teria ficado até duas horas da manhã dando os últimos retoques no texto que será apresentado nesta quinta à tarde pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a Bolsonaro no Palácio da Alvorada.

“A idade mínima é um dos pontos que mais se discute, inclusive porque o presidente já disse ser contra uma idade igual de 65 anos para homens e mulheres. A palavra final é do presidente e o secretário e ministro mostrarão as contas para cada idade e forma de transição”, completou a deputada, que revelou que uma proposta para a previdência dos militares também estaria pronta para ser levada a Bolsonaro.

### **Artigo: Precisamos de um plano para inserção comercial**

14/02/2019 – Fonte: Correio Braziliense (publicado em 13-02-2019)



Está clara a intenção do governo de aumentar a participação do Brasil no comércio mundial e de incrementar a participação da corrente de comércio (soma de importação e exportação) sobre o produto interno brasileiro. Só não está clara a forma em como se buscará esse objetivo.

Por um lado, já foi divulgada a intenção de reduzir o imposto de importação unilateralmente (isto é, sem contrapartidas e fora de acordos internacionais), reduzir

a adoção de medidas de defesa comercial e deixar o trâmite aduaneiro mais eficiente (nesse sentido, anda bem a nova administração se continuar a implementação do Portal Único de Comércio Exterior). Todas as medidas favorecem a via de entrada de produtos importados no Brasil, mas pouco foi apresentado de concreto sobre ações que o governo tomará para favorecer as exportações brasileiras. Mais especificamente, pelo menos em três pontos caberiam uma avaliação mais detida do governo:

1- Abertura de mercados: isto é, condições de acesso ao produto brasileiro em situação igual ou mais favorável que de seus concorrentes. Isso se faz com negociações com parceiros para redução de barreiras tarifárias e também não tarifárias. Ter um grande acordo com a União Europeia, bem como a continuidade das negociações em curso (em especial, Canadá, Coreia do Sul e EFTA) ou mesmo o início de uma negociação com os Estados Unidos é altamente desejável.

Mas há muito que pode ser feito bilateralmente, como: acordos de compras governamentais, de investimentos, convergência ou coerência regulatória, acordos de reconhecimento mútuo e equivalência (tão importantes para a agroindústria). Além disso, existem questões do dia a dia do comércio internacional, para as quais o apoio do governo é fundamental.

É comum produtos brasileiros serem barrados pela imposição de medidas de defesa comercial (por exemplo, o aço e produtos do agronegócio) e, algumas vezes, por requisitos absolutamente desnecessários. Nesse ponto, vale destacar o Projeto Sem Barreiras, que começou a ser implementado ainda pelo governo anterior, com a participação do setor produtivo para identificação de barreiras às exportações brasileiras de bens e serviços e também de investimentos.

2- Financiamento ao comércio exterior: desde os escândalos de corrupção envolvendo as construtoras brasileiras, o BNDES praticamente parou de financiar as exportações do país. Isso coloca o Brasil em situação de desvantagem perante seus concorrentes, a maioria dos quais dispõe de um eximbank (banco exclusivamente dedicado ao financiamento ao comércio exterior).

O financiamento do comércio exterior ainda é um grande desconhecido da maior parte dos brasileiros. É triste ouvir mesmo de agentes públicos que o Brasil envia dinheiro para outros países (o banco financia empresas brasileiras e todo o recurso é desembolsado no Brasil). Ainda assim, desconsiderando o financiamento às obras de engenharia, a queda no financiamento de bens produzidos no Brasil e destinadas à exportação foi expressiva.

Em 2014, na modalidade pré-embarque (o exportador pega o dinheiro emprestado para produzir e depois exportar), os fabricantes utilizaram pouco mais de R\$ 4,1 bilhões em 2014. Esse número cai para algo próximo a R\$ 263 milhões em 2018. Trata-se de uma redução de 94% em cinco anos do financiamento de bens brasileiros.

3- Promoção das exportações: ante todas as idas e vindas no comando da APEX muito tempo foi perdido na transição. É importante que as nomeações também na diretoria da agência sejam mais técnicas para que a equipe consiga exercer sua importante função de apoiar exportadores brasileiros no exterior.

Vale notar que no início do ano havia duas licitações abertas pela agência para contratação de estudos técnicos. As duas licitações foram suspensas pela indefinição no comando da Apex. Na ausência da efetividade da agência oficial, outras iniciativas vêm surgindo, como a Asia-Brazil Agro Alliance, criado por Marcos Jank, para promoção de produtos do agronegócio naquela região.

Evidente que fora esses três aspectos específicos em relação ao comércio exterior, é indispensável que a agenda de competitividade, que já está no discurso do governo, seja implementada concomitante à abertura comercial.

Além da melhoria geral do sistema tributário, é indispensável adequar a legislação de preços de transferência, buscar acordos para evitar a bitributação, bem a harmonização da tributação de lucros com o padrão OCDE.

O deficit de infraestrutura também é um grande impeditivo para a inserção do Brasil no mercado global. Vale lembrar que o país investe menos de 50% do que deveria apenas para evitar a depreciação do que já existe hoje. Não à toa que o Brasil ocupa a posição 74 no ranking de Infraestrutura do Fórum Econômico Mundial.

Também é necessário que a abertura comercial seja considerada nas políticas públicas que tratarão das empresas impactadas negativamente e dos empregos que serão perdidos. Estados Unidos, Coreia do Sul e União Europeia dispõem de políticas com essa finalidade e poderiam ser implementadas também no Brasil.

Por tudo isso, parece que a redução do imposto de importação é apenas a ponta do iceberg. Esperemos os detalhes do plano do governo para que Brasil participe de forma mais relevante do comércio global.

**Wagner Parente** -Sócio da Consultoria BMJ

### **Moody's espera que governo consiga 'algum tipo de reforma da Previdência'**

14/02/2019 – Fonte: Tribuna/PR (publicado em 13-02-2019)

A agência de classificação de risco Moody's acredita que o governo conseguirá aprovar "algum tipo de reforma da Previdência" no Congresso, mas não antes do terceiro trimestre, de acordo com relatório divulgado nesta quarta-feira, 13. No entanto, a aprovação de um texto com baixa economia fiscal pode pressionar negativamente o perfil de crédito do Brasil, além de ser ruim também para a confiança dos agentes e a perspectiva de recuperação da economia brasileira, alerta a Moody's.

A Moody's espera que Bolsonaro consiga aprovar uma reforma que gere economia fiscal na casa dos R\$ 600 bilhões a R\$ 800 bilhões ao ano, o equivalente a 8% a 11% do Produto Interno Bruto (PIB), dependendo da intensidade das medidas. Os valores estão abaixo dos 13,7% de economia fiscal presentes nas medidas da minuta que vazou na semana passada, que prevê economia de R\$ 1 trilhão.

Para a agência de classificação de risco, um nível mínimo de economia fiscal que apoiaria o perfil de crédito brasileiro seria a proposta de Michel Temer que está no Congresso e passou por revisões pelas comissões dos parlamentares, com economia de R\$ 500 bilhões.

"Aprovação de uma reforma que resulte em menor economia seria indicativo da limitada habilidade do novo governo de avançar de forma bem sucedida com reformas mais amplas de sua agenda", destaca a Moody's. "Isso pesaria na confiança dos investidores e na perspectiva de recuperação da economia, exercendo pressão negativa no perfil de crédito do Brasil."

A "qualidade e a profundidade" das mudanças previdenciárias, observa a Moody's, vai depender da capacidade e da habilidade de Jair Bolsonaro construir consenso no Congresso. Os analistas começam o relatório comentando a minuta da reforma que vazou na semana passada e destaca que a aprovação das medidas previdenciárias vai testar a capacidade de Bolsonaro conseguir avançar com sua agenda de reformas estruturais.

Dada a magnitude das medidas para mudar a aposentadoria no Brasil, a Moody's acredita que a tramitação no Congresso deve sofrer atrasos. Assim, é improvável que o texto consiga ser aprovado no Congresso antes do terceiro trimestre. "Pode haver

atrasos adicionais se componentes adicionais, como a reforma trabalhista, for vinculada à Previdência”, destaca o texto. O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem dito que não haverá essa vinculação.

A aprovação de uma reforma da Previdência é “essencial, mas não suficiente” para o governo conseguir cumprir futuramente a medida que fixa um teto para a alta dos gastos públicos, destaca a Moody’s. “Medidas adicionais serão necessárias para assegurar o cumprimento nos próximos anos.”

## **Margem financeira bruta do BB cai 5,8% e atinge R\$ 49,625 bilhões em 2018**

14/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

A margem financeira bruta do Banco do Brasil foi a R\$ 12,490 bilhões no quarto trimestre do ano passado, cifra 2,6% menor que um ano antes. No comparativo trimestral, encolheu 0,7%. Em todo o ano de 2018, a margem financeira bruta do BB diminuiu 5,8% ante 2017, para R\$ 49,625 bilhões. O banco já esperava que a linha encolhesse de 6,5% a 5,0% no exercício passado.

Segundo o banco, a margem financeira bruta no terceiro trimestre foi impactada pelo aumento nas receitas financeiras com operações de crédito em R\$ 63 milhões, com influência principalmente pelo crescimento da carteira de pessoa física; pela despesa financeira de captação, afetada pela elevação da taxa de juros na Argentina e que pesou na despesa em depósitos a prazo no Banco Patagonia em aproximadamente R\$ 177 milhões, e ainda as despesas de captação institucional, que se reduziram em R\$ 158 milhões no trimestre, principalmente com o impacto das despesas financeiras de instrumentos emitidos no exterior.

“O resultado de tesouraria foi impactado negativamente pelo resultado com derivativos e marcação a mercado”, acrescenta o BB, em relatório que acompanha suas demonstrações financeiras.

### **Índice de Basileia**

O índice de Basileia do Banco do Brasil, que mede quanto um banco pode emprestar sem comprometer o seu capital, foi a 18,9% ao término de dezembro, aumento de 0,2 ponto porcentual ante o indicador de setembro, de 17,2%. Há um ano, porém, estava em 19,6%.

O índice de capital nível I chegou a 13,4% no quarto trimestre ante 13,2% no terceiro e 13,8% há um ano. O capital principal, ou seja, próprio dos acionistas foi a 10,0%, acima da meta do banco de 9,5% para o ano. No terceiro trimestre, o indicador estava em 9,66% e 10,48% em 12 meses. O patrimônio de referência do BB alcançou R\$ 134,2 bilhões.

“O foco está na geração orgânica de capital, pelo crescimento do crédito em linhas com menor consumo de capital e mais atrativas sob o critério retorno versus risco”, destaca o banco, em comunicado à imprensa.

O BB reafirmou, em relatório que acompanha suas demonstrações financeiras, que seu objetivo é manter o índice de capital principal acima de 9,5% em 2019, quando as regras de Basileia III estarão integralmente implementadas no Brasil. Destacou ainda que deseja crescer a base de capital de forma a atingir no mínimo 11% de Índice de Capital Principal em janeiro de 2022.

### **Inadimplência**

O índice de inadimplência do Banco do Brasil, considerando atrasos acima de 90 dias, foi a 2,53% no quarto trimestre do ano passado, melhora de 0,29 ponto porcentual em relação ao terceiro trimestre, quando o indicador foi de 2,82%. Ante um ano, quando estava em 3,7%, a melhora foi de 1,19 p.p.



A inadimplência do BB no quarto trimestre melhorou em todos os segmentos. A principal queda foi na pessoa jurídica, na qual o indicador passou de 3,70% em setembro para 3,17% em setembro. Na pessoa física, foi de 3,27% para 3,08% e em agro, de 1,62% para 1,53%, respectivamente e na mesma base de comparação.

O indicador de calotes de curto prazo, com atrasos acima de 15 dias, ficou em 4,32% ao final de dezembro contra 4,55% em setembro. Há um ano estava em 5,56%.

### **Provisões**

As despesas com provisões para devedores duvidosos (PCLD) do BB foram a R\$ 4,788 bilhões no quarto trimestre, queda de 15,1% ante um ano, de R\$ 5,637 bilhões. Ante o terceiro trimestre, de R\$ 4,858 bilhões, houve recuo de 1,4%.

No critério de provisão líquida de recuperação, os gastos encolheram, conforme o banco, 19,0% no quarto trimestre ante um ano e 1,8% no comparativo trimestral, para R\$ 3,168 bilhões. A recuperação de crédito somou R\$ 1,620 bilhão nos últimos três meses do ano, cifra 6,2% menor ante 12 meses e 0,7% inferior no trimestre.

O saldo de PDDs do BB foi a R\$ 20,229 bilhões no quarto trimestre, declínio de 19,9% ante igual período de 2017, de R\$ 25,265 bilhões. No comparativo trimestral, quando somou R\$ 21,078 bilhões, a queda foi de 4,0%.

## **Arrecadação de ICMS acelera com avanço do comércio e combustíveis**

14/02/2019 – Fonte: DCI

Receita cresceu 5,7% em 2018, a R\$ 424 bilhões e deve evoluir mais com projeção de expansão de 2,5% do PIB; intenção de governadores é priorizar a agenda de privatizações para aliviar contas



O total da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Bens e Serviços (ICMS) em 22 estados brasileiros mais o Distrito Federal (DF) alcançou o valor de R\$ 424 bilhões em 2018, um aumento de 5,67% acima da inflação (em termos reais), contra 2017.

O resultado é considerado “muito positivo” pelo economista do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Eduardo Reis Araújo, uma vez que este representa uma aceleração do crescimento da receita em relação a 2017, quando a arrecadação de ICMS subiu 2,65%, mostram dados do Tesouro Nacional.

De acordo com Araújo, o desempenho do comércio varejista e o aumento dos preços dos combustíveis foram os fatores que influenciaram a expansão da receita de ICMS em 2018.

“Ao longo de 2018, houve uma redução da taxa de juro real e do endividamento das famílias, cenário que possibilitou um maior dinamismo da atividade do comércio varejista”, diz Araújo. Ontem, o Instituto Brasileiro de geografia Estatística (IBGE) informou que o volume de vendas no comércio cresceu 2,3% entre 2017 e 2018.

Além disso, a elevação do preço do barril do petróleo no mercado global e a disparada do dólar em relação ao real ao longo do ano passado influenciaram positivamente a arrecadação do ICMS sobre combustíveis nos estados brasileiros.

Para este ano, Araújo espera que as receitas estaduais performem ainda melhor, diante das expectativas de que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) passe de 1,4% em 2018, para 2,5% em 2019.

De acordo com o economista, este crescimento deve impulsionar mais o comércio, setor que, por sua vez, tende a aumentar os pedidos feitos à indústria, que ainda passa por uma frágil recuperação.

### **Alívio?**

O professor de Economia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Marcos Andrade, comenta que, apesar das perspectivas de aumento de receita, a maioria dos estados tem uma arrecadação deficitária (ou seja, que não cobre as despesas).

Contudo, Andrade diz que há uma intenção dos novos governadores de avançar na agenda de privatizações e de parcerias público e privadas (PPPs), o que deve aliviar as contas estaduais.

## **Volvo contrata 300 funcionários e eleva investimento em R\$ 250 milhões**

14/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

Depois de ampliar suas vendas em quase 80% no ano passado, e de não ter crescido mais em razão da falta de capacidade produtiva, a fabricante de caminhões e ônibus Volvo anunciou nesta quarta-feira, 13, investimentos de R\$ 250 milhões e contratação de 300 funcionários para ampliar a produção na fábrica de Curitiba (PR) neste ano.

O grupo tinha em andamento um plano de aporte de R\$ 1 bilhão para o período de 2017 a 2019, mas decidiu antecipar o novo investimento. A maior parte do valor adicional será gasta em 2020, principalmente em novos produtos, informa o presidente da Volvo América Latina, Wilson Lirmann.

“Esse é um momento de otimismo com a recuperação da economia, melhora do nível de empregos e da confiança”, diz o executivo. “Muitos investimentos começam a ser destravados em vários tipos de negócios e precisamos acompanhar esse movimento”.

Segundo Lirmann, a empresa também voltou a operar com rentabilidade no ano passado, depois de dois anos seguidos de prejuízos e um de equilíbrio. Ele não revela montantes, mas ressalta que a matriz na Suécia espera que, de agora em diante, a subsidiária local gere o suficiente para bancar suas operações e investimentos.

Focada na produção de caminhões de grande porte – usados, por exemplo, nos setores de agronegócio e mineração –, a Volvo vendeu 10.642 unidades no ano passado nos segmentos classificados como pesados e semipesados, com capacidade de transportar mais de 16 toneladas de carga. O mercado total desses produtos cresceu 63%, somando 52,6 mil unidades.

Para este ano, a Volvo prevê nova alta de 30%, para cerca de 68 mil caminhões de todas as marcas, porcentual que a marca deve acompanhar.

Segundo Alcides Cavalcante, diretor comercial da montadora, no ano passado a fábrica estava “sem capacidade suficiente” para dar conta de toda a demanda, que ficou acima do esperado pelo setor. Somando as exportações para a América Latina, a fábrica paranaense produziu cerca de 15 mil caminhões.

Com as 300 contratações, que eleva para 3,7 mil o total de funcionários da fábrica, a Volvo vai ampliar o segundo turno de trabalho na linha de caminhões. No período da crise, o quadro total de trabalhadores foi reduzido a 2,8 mil pessoas. "Agora estamos retornando aos patamares do pré-crise", diz Lirmann.

As vendas de ônibus urbanos e rodoviários da marca somaram 430 unidades, 26% a mais do que em 2017. O mercado total cresceu 28,3%, para 15 mil unidades, segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Incluindo os segmentos de semileves, leves e médios, foram vendidos no ano passado 75.987 caminhões, um crescimento de 46,3% em relação ao ano anterior, também segundo a Anfavea.

### **Autônomos**

O presidente da Volvo diz que espera ampliar neste ano o mercado do caminhão autônomo VM, que teve sete unidades vendidas no ano passado para o Grupo Usaçucar, de Maringá (PR), para uso na colheita da cana-de-açúcar.

"Temos mais interessados, mas ainda estamos negociando", informa Lirmann. O veículo foi desenvolvido no Brasil com ajuda de técnicos da matriz e tem nível 3 de automação (se movimenta por conta própria, em um traçado, mas o condutor precisa estar ao volante para assumir o controle em situação de risco).

O grupo já dispõe de veículos totalmente autônomos (que se movem sem motoristas) operando em uma subterrânea e de calcário na Suécia e na Noruega. Já os veículos 100% elétricos da marca estarão disponíveis na Europa a partir deste ano e, por enquanto, não há planos de introduzi-los no Brasil, afirma Lirmann.

A Volkswagen, do grupo Traton, já vende no País caminhões elétricos, mas de pequeno porte, que serão usados inicialmente no transporte de bebidas.

## **Renault cancela pagamentos de 30 mi de euros para Carlos Ghosn**

14/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-02-2019)

A Renault informou nesta quarta-feira (13) que cancelou um pacote de indenização do executivo Carlos Ghosn, de 30 milhões de euros, depois que ele foi forçado a deixar o comando do grupo após ser preso no Japão no final do ano passado acusado de fraude financeira.

Apoiado pelo governo francês, maior acionista da montadora, o conselho de administração da Renault decidiu retirar o pacote de 25,9 milhões de euros em pagamentos a Ghosn e cancelar 4 milhões a 5 milhões de euros relacionados a uma cláusula de não concorrência.

Os pagamentos a Ghosn, que continua detido no Japão esperando julgamento, estavam "sujeitos a sua presença na Renault", afirmou a companhia. "O conselho, por unanimidade, decidiu que tal condição não foi cumprida, disparando a perda dos direitos do senhor Ghosn."

Mais cedo, o principal advogado de Ghosn no Japão, Motonari Otsuri, pediu demissão. Ghosn afirmou que a mudança de advogados é "a primeira etapa de um processo" que permitirá "restabelecer sua inocência".

"Estou impaciente para poder me defender, com vigor, e esta escolha representa para mim a primeira etapa de um processo não apenas para restabelecer minha inocência, mas também para jogar luz sobre as circunstâncias que levaram a minha detenção injusta", afirmou em um comunicado enviado à imprensa.

Ghosn é acusado de três delitos de abuso de confiança e de dissimulação de renda às autoridades da Bolsa entre 2010 e 2018. Ele nega.

## **Renault embarca na era pós-Ghosn com meta de lucro menor**

14/02/2019 – Fonte: R7

A Renault estabeleceu uma meta de lucro mais baixa para o ano, citando desafios cambiais e incertezas de mercado, já que a montadora francesa apresentou resultados anuais sem o seu ex-CEO Carlos Ghosn pela primeira vez em 13 anos.

Sob nova liderança desde a demissão forçada de Ghosn no mês passado, por causa de alegações de má conduta financeira, a Renault atingiu uma lucratividade de "cerca de 6 por cento" em 2019, em comparação com uma margem operacional de 6,3 por cento registrada no ano passado.

Tanto a receita quanto o lucro caíram conforme esperado sob efeito combinado dos reveses das moedas, de uma retirada do Irã e de um colapso nas vendas do diesel que atingiu a produção de motores para a parceira da Renault, a Nissan e afiliada Daimler.

Os resultados, no entanto, alcançaram as metas da própria Renault, incluindo o crescimento da receita antes os efeitos cambiais e uma margem operacional acima de 6 por cento, a caminho de seu objetivo de médio prazo de ultrapassar 7 por cento em 2022.

A receita total caiu 2,3 por cento, para 57,42 bilhões de euros, enquanto o lucro operacional recuou 6,3, para 3,61 bilhões. O lucro líquido totalizou 3,3 bilhões de euros, uma queda acentuada em relação aos 5,31 bilhões registrados em 2017, refletindo em parte o excepcional ganho do ano anterior da Nissan.

Excluindo os efeitos cambiais, a receita teria aumentado 2,5 por cento, segundo a Renault. Os analistas esperavam lucro operacional recorrente de 3,52 bilhões de euros com receita de 58,1 bilhões, com base na mediana de 12 estimativas de uma pesquisa da Infront Data.

"2018 foi claramente um ano desafiador em que enfrentamos dificuldades esperadas e inesperadas", disse o novo presidente Thierry Bollore, acrescentando que os resultados "demonstram a resiliência do grupo".

Bollore, ex-vice de Ghosn, foi promovido a presidente em 24 de janeiro, com o chefe da Michelin, Jean-Dominique Senard assumindo o papel de presidente do conselho de administração.

Ghosn enfrenta julgamento no Japão depois que uma investigação interna da Nissan revelou indícios de má conduta, incluindo falha em declarar mais de 80 milhões de dólares em renda diferida. Ghosn nega as irregularidades.

## **Amazon e GM negociam parceria para investimento em fabricante de picapes elétricas**

14/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 13-02-2019)

### **Acordo deverá dar às companhias participações minoritárias na Rivian**

Amazon.com e General Motors estão em conversas para investir na Rivian Automotive, em um acordo que avalia a fabricante de picapes elétricas dos Estados Unidos entre US\$ 1 bilhão (R\$ 3,72 bilhões) e US\$ 2 bilhões (R\$ 7,44 bilhões), disseram fontes próximas do assunto.

O acordo daria à Amazon e à GM participações minoritárias na Rivian, disseram as fontes. A transação daria um grande impulso para a startup de Plymouth, com sede em Michigan, que aspira a ser a primeira montadora do mercado dos EUA com uma picape elétrica.



GM e Amazon negociam parceria para produção de picape elétrica - Reuters

Se as negociações forem concluídas com sucesso, um acordo pode ser anunciado já neste mês, disseram as fontes.

"Nós admiramos a contribuição da Rivian para um futuro de emissões zero e totalmente elétrico", disse a GM em comunicado, mas sem comentar especificamente qualquer eventual discussão com a Rivian.

Representantes da Amazon e da Rivian não se pronunciaram. A parceria com a Rivian é negociada em um momento em que a rival de carros elétricos Tesla tenta estabilizar a produção e entregar resultados consistentes enquanto lança seu o sedã Model 3.

O presidente-executivo da Tesla, Elon Musk, disse a investidores em agosto que uma picape elétrica é "provavelmente minha escolha favorita para o próximo produto" da empresa, embora tenha falado apenas sobre um potencial lançamento, dizendo que isso aconteceria "logo depois" do modelo Tesla Y, que a empresa tem como objetivo iniciar a produção em 2020.

### **Sindipeças e Embrapii firmam parceria para P&D e inovação**

14/02/2019 - Fonte: Automotive Business (publicado em 13-02-2019)



### **Aliança prevê aproximação entre fabricantes e desenvolvedores de novas tecnologias**

O **Sindipeças**, sindicato que reúne as fabricantes de autopeças no Brasil, e a Embrapii, Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, agendaram para quinta-feira, 14, a assinatura de uma aliança estratégica que terá como objetivo aproximar as empresas dos desenvolvedores de novas tecnologias a fim de facilitar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) na cadeia nacional.

A aliança reflete a preparação da indústria de autopeças para o novo programa industrial Rota 2030, que também prevê incentivos fiscais para as fabricantes do setor, além das montadoras de veículos.

Isso porque as empresas que importam autopeças sem produção equivalente no País - que hoje já possuem alíquota reduzida de imposto de importação a 2% dentro do regime de ex-tarifário - terão esta alíquota reduzida a zero. Em contrapartida, deverão investir em P&D o equivalente a estes 2% por meio de fundos já existentes ou



parcerias com instituições de ciência e tecnologia, universidades e organizações independentes, entre outras.

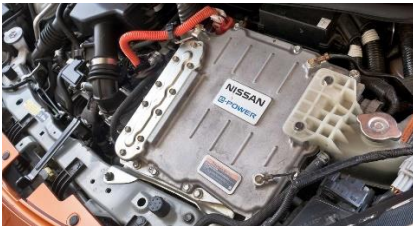
Com 42 centros de pesquisa espalhados pelo País, a Embrapii já desenvolve projetos ligados à indústria automobilística, tais como a criação de um novo material para componente de suporte do bloco do sistema de freios ABS, um sensor para medição do percentual de combustíveis em veículos, um sistema inteligente para prevenir falhas nas chapas de aço utilizadas para fazer as portas dos automóveis, além de um aplicativo que promete mostrar os diagnósticos de defeitos, vida útil das peças, status geral das viagens e agendamentos de revisões.

“A aliança com o Sindipeças é um passo importante para a Embrapii entender as demandas do setor em inovação e contribuir para que sejam atendidas. Os centros podem ajudar muito as empresas do setor nos desafios tecnológicos que estão aparecendo e além disso, o modelo de financiamento da instituição contribui para diminuir riscos dos projetos com recursos não reembolsáveis”, avalia o diretor de planejamento e gestão da Embrapii, José Luis Gordon.

Em seu modelo de gestão, a Embrapii, que é vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, pode investir até um terço das despesas das unidades com projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), recursos que não são reembolsáveis, enquanto o restante é dividido entre a empresa parceira e o centro tecnológico.

### **Nissan planeja ampliar eletrificação no Brasil**

14/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-02-2019)



**Plataforma e-Power da Nissan instalada no Note japonês: combinação de tração 100% elétrica com motor a combustão para gerar energia poderá ser aplicada em modelos da marca feitos no Brasil**

**Depois de lançar o elétrico Leaf importado, fabricante estuda adotar plataforma híbrida e-Power para modelos nacionais, como o Kicks**

Os **planos de eletrificação da Nissan no Brasil** podem ir bastante além do lançamento do Leaf, carro elétrico que deve começar a ser entregue aos primeiros clientes por aqui nos próximos meses, até junho. A fabricante tem a meta de até 2022 ultrapassar 1 milhão de veículos eletrificados vendidos por ano no mundo todo.

O mercado brasileiro entrará nessa conta com mais vigor por meio da adoção de uma plataforma híbrida global em série, que combina tração 100% elétrica com motor a combustão para gerar energia. Nesse horizonte de três anos, a Nissan estuda introduzir esse tipo de powertrain em modelos produzidos no País, e o candidato número um para isso é o SUV compacto Kicks.

A Nissan já tem a plataforma híbrida em série desenvolvida, denominada e-Power, baseada no powertrain elétrico do Leaf com a adição de um motor a gasolina de 1,2 litro que gera energia para a tração 100% elétrica.

A solução foi introduzida primeiro no Japão em 2016 a bordo do hatch compacto Note, que por causa da tecnologia tornou-se em 2018 o carro mais vendido do mercado

japonês. Cerca de 70% dos Note comprados pelos japoneses são da versão e-Power e falta capacidade para atender a demanda crescente. A minivan Solera também incorporou a plataforma com o mesmo efeito: as vendas estão aumentando.

Marco Silva, presidente da Nissan no Brasil, admite que para o mercado nacional o powertrain elétrico com gerador a combustão faz mais sentido comercial do que o modelo do Leaf, 100% sustentado pela carga das baterias, que tem autonomia de até 322 km e encontra poucas estações de recarga.

A opção híbrida torna-se ainda mais atrativa se o motor-gerador for flex, bicomustível etanol-gasolina, pois veículos híbridos flex têm desconto de três pontos percentuais na alíquota de IPI, conforme aprovado no fim de 2018 no programa Rota 2030.

*"O e-Power híbrido flex é uma solução atraente para o Brasil. Ainda não temos uma data para isso, mas está em desenvolvimento uma plataforma modular global que poderá ser incorporada aqui com a vantagem de usar etanol. Certamente seria um carro mais barato que o Leaf", disse Marco Silva.*

A engenharia da Nissan já fez testes no Brasil com um Note e-Power importado do Japão, ainda com a direção à direita. A intenção, segundo Silva, foi estudar a viabilidade desse tipo de powertrain nas condições brasileiras.

Por ora não há planos de importar o modelo comercialmente nem de nacionalizar sua produção. O mais provável é a adaptação para um carro nacional da marca, "mas ainda não temos nada definido, não podemos colocar algo no mercado para logo depois descontinuar, vamos estudar as possibilidades antes", ressalta o executivo.

## **LEAF NA PONTA DA ELETRIFICAÇÃO**

Enquanto não se definem outras possibilidades, a Nissan começa seu plano de eletrificação no Brasil com o Leaf, carro elétrico mais vendido do mundo (380 mil unidades já foram comercializadas desde 2010). **A pré-venda do modelo no mercado nacional foi aberta no Salão do Automóvel de São Paulo**, em novembro passado, pelo preço de R\$ 178,4 mil. Desde então foram encomendados 15 carros, ao custo de um sinal de R\$ 5 mil pela reserva.

O primeiro lote de 42 Leaf importados da Inglaterra só chega nos próximos meses, em prazo elástico até junho. Só então eles serão entregues aos primeiros proprietários brasileiros e seguirão também para sete concessionárias em seis cidades, duas em São Paulo e as outras no Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

"O Leaf só é produzido em três fábricas, no Japão, nos Estados Unidos e no Reino Unido, todas no limite. Para o Brasil o modelo virá da fábrica inglesa e existem certas limitações de volume. Por isso abrimos as encomendas tanto tempo antes", explica Silva. Segundo ele, o número de encomendas no Brasil ficou acima do esperado "e pode ser considerado um sucesso, pelo preço do carro e pela espera de seis a sete meses para receber estimamos que cerca de 10 reservas já seriam um bom resultado", avalia.

Silva reconhece a dificuldade de entrar em um mercado ainda pouco conhecido e pouco valorizado pelos brasileiros, mas afirma que trazer o Leaf importado é uma forma de não ficar para trás em uma das principais tendências tecnológicas da indústria automobilística. "Poderíamos eventualmente ficar bem tranquilos, esperar para ver o que vai acontecer com elétricos e suas baterias, mas essa atitude nos deixaria para trás. Precisamos mostrar nossa resiliência aqui e acompanhar a tecnologia", defende.



**Opções eletrificadas da Nissan em testes no Brasil: o Leaf 100% elétrico (em primeiro plano), o híbrido em série Note e-Power (mais ao fundo), com tração elétrica e motor-gerador, e o X-Trail híbrido paralelo que usa motor elétrico e a combustão em conjunto.**

### **MEIO AMBIENTE ELETRIFICADO**

A Nissan também tenta estimular a criação de meio ambiente próprio para atender o possível aumento da eletrificação da mobilidade no País. Três parcerias já foram firmadas desde o ano passado. A primeira com a Universidade Federal de Santa Catarina, para o desenvolvimento de soluções de reaproveitamento das baterias do Leaf após o fim da vida útil (cerca de oito anos), que ainda conservam perto de 80% de capacidade de armazenamento de energia e podem ser usadas em sistemas de nobreaks de telefonia, ou mesmo em outros veículos elétricos e híbridos com fonte interna de geração.

Também foi assinado em novembro passado, durante o Salão de São Paulo, um memorando de **entendimento entre Nissan e Enel X para o desenvolvimento conjunto de soluções de mobilidade elétrica**, especialmente para estações de rede inteligente, em que o veículo pode ser recarregado e também “devolver” energia excedente ao sistema em horários de pico – um sistema assim poderia, por exemplo, abastecer a iluminação de uma casa.

Este mês a Nissan assinou outro acordo com vistas à eletrificação no Brasil, desta vez com a **Itaipu Binacional e o Instituto de Tecnologia Aplicada e Inovação (Itai) para desenvolver no País estações de recarga para carros elétricos.**

“Fizemos diversos projetos e acordos nos últimos seis meses para ajudar o País a se preparar para a eletrificação dos veículos. Acreditamos que temos de fazer a tropicalização dessas tecnologias com a nossa engenharia e instituições de pesquisa e desenvolvimento”, diz Marco Silva.

### **Estreia na sexta-feira o 1º podcast voltado aos negócios no setor automotivo**

14/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-02-2019)



### **Episódio que inaugura a temporada do AB Cast traz balanço e expectativas para a indústria**

Em 2019 **Automotive Business** chega a mais uma plataforma: estreia na sexta-feira, 15, a temporada inicial do AB Cast, o primeiro podcast do Brasil criado para falar sobre negócios na indústria automotiva, voltado à liderança e futura liderança das indústrias desta cadeia de valor. A meta é entregar informação com clareza e simplicidade para que o leitor (e agora, ouvinte) possa acompanhar na hora ou lugar que preferir: no carro a caminho de uma reunião, na academia ou enquanto prepara o jantar.

No primeiro episódio, o AB Cast traz um bate-papo sobre a performance da indústria

automotiva brasileira neste começo de ano e as tendências a partir daqui. O segundo programa vai ao ar no fim de fevereiro, com uma entrevista especial e a discussão sobre os desafios da liderança da indústria automotiva. A partir de março as discussões incluirão também temas como diversidade e marketing em empresas do setor.

## COMO OUVIR?

Os podcasts estão em ascensão globalmente. Ao produzir conteúdo neste novo canal, **Automotive Business** reforça a busca por levar informação de alto valor e fácil acesso à sua audiência, elevando o conhecimento da liderança automotiva para que estes homens e mulheres tomem decisões melhores para suas empresas e para a sociedade.

Será possível escutar os episódios direto no navegador, pelo SoundCloud, ou no celular, por meio dos principais agregadores de podcasts, como Spotify e iTunes. É só baixar um destes sistemas na loja de aplicativos do smartphone e seguir o AB Cast para ficar sabendo sempre que um episódio novo for ao ar. Basta sincronizar o programa e dar o play para ouvir onde quiser.

## Produção de motos começa 2019 com leve alta de 3,4%

14/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 13-02-2019)



## **Fabricantes de Manaus montaram 84,1 mil unidades em janeiro**

A **produção de motos** em janeiro somou 84,1 mil unidades e registrou pequena alta de 3,4% sobre o mesmo mês do ano passado. As vendas no atacado (das fábricas à rede de revendas) totalizaram 81,6 mil motocicletas, um aumento 13,5% que revela o maior interesse neste começo de ano por parte dos concessionários em renovar seus estoques. Os números são da Abraciclo, entidade que representa os fabricantes instalados em Manaus.

*"O cenário macroeconômico é bastante favorável hoje, com inflação sob controle, queda nas taxas de juros e nos índices de inadimplência. Isso trouxe o consumidor de volta às concessionárias", afirma o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian.*

Segundo o executivo, os números reforçam a crença da Abraciclo em aumento anual da produção de 4,3% (1,08 milhão de unidades).

## **EUA SE TORNAM MAIOR DESTINO DAS MOTOS BRASILEIRAS**

As fabricantes instaladas em Manaus exportaram em janeiro 4.570 motos, volume 44,5% mais baixo que o anotado em janeiro do ano passado. A queda ocorreu por causa da Argentina, que no caso das motos deixou até mesmo de ser o maior destino dos embarques. Os Estados Unidos agora ocupam a primeira posição, com 1,2 mil unidades, seguidos da Austrália, com 412 motos. Só depois vem a Argentina, para onde foram enviadas 348 unidades.

No dia 5 deste mês **Automotive Business** divulgou os emplacamentos do setor de

motos, que cresceram 17,8% sobre janeiro do ano passado e voltaram a superar as 90 mil unidades após 33 meses.

## **Fiat Betim disputa projeto milionário para sediar nova unidade**

14/02/2019 – Fonte: EM.com

A fábrica de automóveis do grupo Fiat de Betim, na Grande Belo Horizonte, disputa um projeto milionário para uma nova planta de produção de motores da companhia. O presidente da Fiat Chrysler Automobiles (FCA) para a América Latina, Antonio Filosa, confirmou agora há pouco que o estudo de viabilidade econômica está sendo feito com 49% de chances para o Brasil sediar a nova unidade e 51% de possibilidades de que seja implantada na Ásia.

Se a escolha dos acionistas for o Brasil, o investimento será feito em Betim. Antonio Filosa estima que vão ser necessários 18 meses a partir da decisão até que o primeiro motor saia da fábrica.

"Temos uma competição saudável com colegas da Ásia. Se em maio o nosso acionista decidir que será na América Latina, eu falo que será em Betim", disse o presidente da FCA para a América. A desvantagem do Brasil na disputa pela fábrica é a competitividade maior da Ásia e da indústria asiática.

Em favor do país e de Minas Gerais, pesa a capacitação dos profissionais e o trabalho de gestão por custos e produtividade. "Aqui, o capital humano tem características próprias. Há mais flexibilidade, adaptabilidade, garra e as pessoas são mais pró-ativas. Isso vale para o nosso acionista", afirmou o presidente da FCA para a América Latina. O investimento na fábrica de motores não foi revelado.

O projeto para a nova fábrica prevê a produção de cinco motores. O orçamento estaria, em princípio contemplado no pacote de investimentos de R\$ 14 bilhões para a América Latina que a FCA iniciou no ano passado e se estenderá até 2023.

Segundo Antonio Filosa, cerca de metade dos recursos devem ser aplicados no polo automotivo de Betim e a outra metade na nova planta no Recife.

Filosa informou que a empresa já considera uma redução da demanda de carros em razão do impacto do rompimento da Barragem 1 da Vale em Brumadinho sobre a economia de Minas.

A Federação das Indústrias de Minas Gerais estima queda à metade da taxa de crescimento de Minas neste ano. A FCA trabalha com crescimento de 2,5% da economia brasileira neste ano de 8% do consumo de automóveis.